



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL EM ANGOLA: TRADIÇÃO, (DES)IGUALDADE DE GÉNERO E CIDADANIA

**Eugénio Alves da Silva - Instituto de Educação - Centro de Investigação em Educação
Universidade do Minho (Braga, Portugal)
e-mail: esilva@ie.uminho.pt**

Introdução

A educação no meio rural angolano realiza-se na confluência entre a educação escolar oficial e a educação tradicional, razão pela qual muitos costumes locais são preservados. Estes são reforçados pelos ritos de iniciação aos quais é inerente a diferenciação de papéis sexuais com reflexos na inferiorização das mulheres. A educação tradicional em Angola, confinada ao mundo rural, não tem sido valorizada quanto ao contributo para a cidadania angolana remetendo-se para a educação oficial a tarefa de construção do cidadão imbuído de consciência social. A compreensão da realidade educativa angolana obriga a considerar a articulação entre a educação oficial e a educação tradicional de natureza comunitária.

A educação tradicional em Angola radica na Educação Tradicional Africana (ETA) que, fruto da política educativa colonial, foi sendo substituída pelo modo de vida e cultura do colonizador. Um princípio basilar da ETA é a discriminação de género em função da qual se remete a mulher para funções domésticas. Sendo criticável à luz do princípio da igualdade de direitos, não se pode ignorar o potencial educativo da ETA no que se refere ao resgate da identidade dos angolanos enquanto *bantu*.

A concretização de uma cidadania democrática assente nos valores da igualdade e dignidade, numa sociedade que se pretende mais justa e coesa, passa pela aposta numa educação intermulticultural que recupere o papel da educação tradicional, despindo-a dos seus aspectos retrógrados, entre os quais a submissão da mulher.

Esta análise toma por referência: o artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos do Homem que propugna o direito de todos à educação; a Lei de Bases do Sistema de Educação cujo preâmbulo defende a escolarização de todas as crianças em idade escolar e a redução do analfabetismo de jovens e adultos; e o 2º e o 3º Objectivos de Desenvolvimento



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

do Milénio quanto à universalização do ensino primário, à promoção da igualdade de género e o empoderamento das mulheres, eliminando-se a disparidade de género no ensino. Nesta base, situar-se-á a ETA no contexto da evolução democrática da sociedade angolana e das políticas educativas e culturais num país caracterizado pela diversidade cultural e por diferenças de desenvolvimento entre o meio urbano e o rural. A questão que se coloca é a de saber como conciliar os valores e princípios da educação democrática estatal e os valores da educação tradicional no meio rural fundados em perspectivas culturais nem sempre compagináveis com a dignidade humana. Assim, questiona-se como é possível, no contexto da salvaguarda dos direitos de cidadania, garantir a igualdade de género tendo em conta o princípio da igualdade de direitos e a obrigação ética de dignificação da mulher.

1. O peso da tradição cultural no meio rural em Angola

Para a compreensão da situação educativa angolana e das questões da igualdade de género no meio rural importa considerar algumas características da realidade angolana. Segundo as estatísticas, vivem em Angola cerca de 17,6 milhões de habitantes, dos quais 41,5% residentes no meio rural. Os indicadores sociodemográficos referem-se à esperança média de vida que é de 46,5 anos, a mortalidade materna que regista 1700 casos por 100 mil nados-vivos e a mortalidade infantil na ordem dos 134/100 mil nascimentos. Cerca de um quinto das crianças não atinge os 5 anos de vida e a taxa bruta de escolarização da população é de 65,3% (Dados de 2007, do RDH de 2009, do PNUD).

O índice de pobreza cifra-se nos 37,2% (RDH, PNUD, 2009) sendo as mulheres e as crianças as principais vítimas. A mulher é a mais sacrificada pois tem de realizar o trabalho mais pesado (acarretar água, recolher lenha, fazer a lavoura, cozinhar e gerir o lar e cuidar dos filhos), o que é desgastante. Dados do UNICEF (2009) referem que as mulheres nos países menos desenvolvidos têm 300 vezes mais probabilidades de morrer no parto ou devido a complicações associadas à gravidez (http://www.bbc.co.uk/portuguese/africa/news/story/2009/01/090115_unicefmaternaldeathsmt.shtml).

A limitada capacidade financeira das famílias no meio rural, as distâncias até à escola mais próxima e as representações negativas em relação à escola dificultam o acesso das crianças



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

e jovens à escola. Assim, muitas crianças não são incentivadas a ir à escola, em especial as raparigas, pois são necessárias em casa para as tarefas domésticas. Aí confinadas, estão sujeitas às influências da socialização nos valores da tradição, de pendor discriminatório, sendo educadas para o ofício de esposa e mãe. Esta educação tradicional deve ser compreendida sob consideração dos seguintes aspectos:

a) Características socioculturais e demográficas do meio rural

O meio rural em Angola revela indicadores que denotam um modo de vida precário, caracterizado por: estilo de vida simples, à margem das tecnologias e do mundo letrado; recurso a ferramentas tradicionais e obsoletas; actividade produtiva de subsistência ligada à agricultura e pastorícia; povoações dispersas, isoladas, com limitadas condições básicas de vida (apenas 22,8% da população tem acesso a água potável e 31,1% a saneamento básico) (INE, 2009); escassez de equipamentos sociais e elevados índices de pobreza; taxas de analfabetismo na ordem de 46% para os homens e 66% para as mulheres (a média nacional é de 32,6%); tradições culturais arraigadas tendentes à preservação da identidade cultural; prática de ritos de passagem à idade adulta; vida comunitária regida pelas lógicas da gerontocracia; isolamento e algum fechamento à influência cultural externa. Trata-se de um quadro desfavorável que remete estas pessoas para condições pouco dignas de existência. Em contrapartida, elas agarram-se à tradição cultural mediante a qual resgatam o sentido de identidade, reportado aos valores da comunidade na qual encontram compreensão e solidariedade. Melo (s/d:2) refere mesmo que “a manutenção dos seus usos e costumes bem como das suas crenças tradicionais é para muitos a base da sua sobrevivência” (www.codesria.org/IMG/pdf/melo_conceicao.pdf).

Neste meio, a função social da mulher liga-se ao casamento, à maternidade, ao lar e à educação dos filhos. Valoriza-se a sua função de educadora expressa no provérbio que afirma que “para educar um homem, eduque-se a criança, para educar uma aldeia, eduque-se a mulher”. Apesar disso, a sua visibilidade social é reduzida e a sua intervenção na vida comunitária não extravasa o contexto doméstico, pelo que Altuna (1993:165 e 256) refere que “a mulher é a agricultora-mãe-esposa-dona de casa-doadora de sangue-linhagem”. A



sua socialização opera-se no âmbito das lógicas sexistas e de dominação masculina (BOURDIEU, 1999) reforçadas pelos ritos iniciáticos.

b) Valores tradicionais da cultura *bantu*

A cultura *bantu* representa a marca específica das populações da África negra e tem grande influência na vida comunitária em Angola, em particular no meio rural, relativamente preservado da influência cultural urbana. No geral, essa cultura caracteriza-se por: a) regime de patriarcado e gerontocracia, baseado no poder dos anciãos, sendo estes uma fonte normativa da comunidade; b) papel secundário da mulher nas sociedades patriarcais, cuja influência se reduz ao contexto doméstico, como esposa, mãe e educadora (Altuna, 1993:259); c) os jovens são sujeitos a rituais de passagem à vida adulta, adquirindo o estatuto de membros de pleno direito; d) casamento precoce das raparigas uma vez que a sua realização como pessoas depende disso, sendo que “a auréola de dignidade e prestígio brota da sua fecundidade” (ALTUNA, 1993:260). Tal facto impede a conclusão da escolaridade obrigatória porque, para ser doméstica, essa escolaridade não faz falta; e) endoculturação mediante mecanismos de coerção, visando preservar as tradições culturais, os papéis sexuais e a estabilidade da comunidade; f) subordinação da mulher, que deve honrar a família, aceitando o casamento e preocupando-se com a gestão do lar. Segundo Altuna (1993:316), “para a rapariga, o casamento pode ser mais importante que a pessoa do marido. Anseia encontrar um esposo fiel que a faça fecunda. [...] O seu lugar habitual é o lar e as culturas” (1993:260).

As representações sobre a mulher rural estão associadas à maternidade e aos papéis de mãe e esposa, reforçando-se o seu estatuto inferior, já que a iniciação feminina funciona no sentido de “instruir e preparar as raparigas para todas as funções femininas” (1993:296), pois “para isso é educada e lho exige a vida comunitária” (1993:348).

c) Aspectos de política educativa

A política educativa angolana preconiza o acesso universal à escola e o Ministério da Educação tem desenvolvido esforços para expandir a rede escolar, tendo conseguido, nos últimos 8 anos de paz, uma cobertura de 85% das crianças em idade escolar. Apesar disso,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

o meio rural fica desfavorecido devido à escassez de investimento em infra-estruturas o que torna penosa a vida no campo.

Do ponto de vista dos indicadores educativos nacionais, constata-se no meio rural uma taxa de alfabetização de adultos de 67% para os homens e 65% para as mulheres; a educação obedece a um currículo nacional único, aplicável em todo o território, independentemente das especificidades culturais locais; existem muitos professores impreparados científica e pedagogicamente, isolados e institucionalmente desapoitados; as orientações oficiais do Ministério da Educação chegam tarde a estas zonas; há insuficiências organizativas, de gestão e infra-estruturais que tornam precárias as condições de ensino-aprendizagem; a estrutura da rede escolar é deficitária, obrigando os alunos a percorrer longas distâncias até à escola mais próxima; a escolarização é realizada em língua portuguesa, o que dificulta a aprendizagem das crianças cuja língua materna é uma língua *bantu*.

A educação oficial é realizada em condições precárias, exercendo escassa influência na comunidade sendo que o professor é, por vezes, estranho ao meio. A escola funciona durante parte do dia, o que não é suficiente para realizar uma acção educativa mais impactante. Isso é compensado pela educação tradicional cujas características são: realiza-se espontaneamente, por imitação e diferenciada por género; está ligada às situações da vida e aos papéis sexuais; visa preservar a identidade e preparar para a vida comunitária; inclui rituais de passagem; é promovida pelos adultos, atribuindo sentido ao provérbio que diz que “para educar uma criança é preciso toda uma aldeia”.

A coexistência entre a educação oficial e a tradicional nem sempre é pacífica tendo em conta os interesses não coincidentes. Além disso, não existem mecanismos de mediação para potenciar as vantagens para a educação das crianças e jovens segundo os objectivos de desenvolvimento do milénio, as políticas educativas e os interesses da comunidade. A influência da educação escolar é minimizada pela supremacia da tradição, no âmbito da qual se promove a desvalorização social da mulher.

A escola oficial é considerada inútil, a não ser para os rapazes, como condição de acesso ao mercado laboral no meio urbano, visto que opera à margem dos valores culturais da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

comunidade, transmitindo conteúdos inócuos, numa língua estranha. Sendo assim, é encarada com desconfiança, representando uma ameaça ao *statu quo* cultural.

2. Educação oficial e educação tradicional: complementaridade ou oposição?

O papel da educação estatal consiste em promover os princípios e valores associados à cidadania democrática reportados ao interesse nacional. No meio rural, a educação escolar não se tem articulado com outras práticas educativas de natureza não escolar para que possa ocupar um lugar central na vida da comunidade, numa relação dialéctica com a tradição. A educação oficial que decorre na escola nem sempre é complementada por outras formas de intervenção educativa na comunidade pelo que a acção e o efeito da escola se restringem à transmissão de um currículo ao qual nem sempre se reconhece utilidade ou pertinência, menos ainda quando prevalecem práticas educativas tradicionais, de sinal contrário, em função das quais as novas gerações são socializadas. Ou seja, a construção da cidadania no meio rural pouco tem beneficiado da escolarização e da educação estatal, sendo interferida pelos cânones da tradição baseados na diferenciação e desigualdade entre os géneros.

Para entender esta relação contraditória é preciso regressar ao passado. Em Angola, tal como em África, o conhecimento era tradicionalmente transmitido às novas gerações através dos ritos de iniciação e de outras formas de educação tradicional asseguradas pelos “mais-velhos”. Esta transmissão foi alterada pela colonização que, com as políticas de assimilação, tratou de impor o modo de vida europeu aos africanos.

Na actualidade, a educação escolar no meio rural pouco tem aproveitado dos processos tradicionais, circunscrevendo as práticas educativas ao currículo e ao ensino formal, sendo encarada como estranha à cultura da comunidade. A escola revela-se desenraizada do meio, veiculando um currículo descontextualizado e, por vezes, negando os saberes e as práticas da comunidade. Como o currículo se referencia a padrões urbanos, a acção da escola é entendida como ameaça na medida em que, socializando os jovens para um modo de vida urbano, gera as condições para os retirar da comunidade ou para os desenraizar.

Verifica-se uma dissociação entre as práticas educativas escolares e comunitárias, com resultados contraproducentes na socialização devido ao efeito de anulação recíproca entre a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

acção da escola e a da comunidade. Exemplos disso são as dificuldades provocadas pela utilização da língua portuguesa no ensino de crianças cuja língua materna é de origem *bantu* (Zau, 2002). Isto significa que a escolarização, nestes moldes, deixa de funcionar como factor de promoção da cidadania, constituindo um obstáculo ao desenvolvimento pessoal, razão pela qual a escola oficial enfrenta resistências no meio rural traduzidas no absentismo escolar, mais acentuado entre as raparigas.

No passado, a escola colonial contribuiu para combater a tradição e desprestigiar os detentores do conhecimento tradicional - os mais-velhos. Devido à política assimilacionista e à acção evangelizadora da igreja católica, a transmissão iniciática que antes ocorria regularmente teve de se remeter à clandestinidade, restando alguns rituais de passagem à vida adulta em função dos quais se ia processando a socialização dos mais novos.

A colonização conduziu à descaracterização da cultura tradicional e a independência de muitos países africanos, incluindo Angola, baseada em ideologias marxistas ou em modelos europeus, reforçou isso pela pressão de abraçar a modernidade, o que implicou um combate cego à tradição. As políticas culturais dos novos governos independentes pouco valorizavam a tradição, razão pela qual muitas práticas tradicionais foram quase erradicadas por terem sido consideradas obscurantistas ou anti-revolucionárias. Actualmente, reconhecendo a importância do património cultural representado pela sabedoria popular e pelas práticas de educação tradicional, o governo angolano vem adoptado políticas culturais visando resgatar o capital cultural acumulado nas aldeias para que não ocorra a perda do património tradicional pois é sabido que, “nas sociedades tradicionais, quando morre um ancião perde-se uma biblioteca” (BA, 1972).

A preservação cultural fica a dever-se à ETA que, segundo Masandi (2004), revela as seguintes características: a) Os modelos educativos são elaborados pela própria comunidade segundo princípios e regras; b) Articulada à instrução, tem carácter global, sem compartimentação de disciplinas, facilitando a formação por meio da impregnação social; c) Processa-se em todos os lugares e momentos, desde a intimidade familiar aos contextos públicos; d) Confunde-se com a vida comunitária, sem horários ou dias específicos, integrando rituais para se aceder a novos estatutos sociais; e) É da responsabilidade da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

comunidade, embora os familiares mais próximos possuam maior responsabilidade; f) É funcional porque estabelece relação entre as necessidades da comunidade e as do indivíduo; g) Realiza-se por via da experiência, aprendendo-se no quotidiano em que as acções dos adultos servem de referência aos mais novos; h) Promove uma dupla integração, fazendo com que o indivíduo se reconheça no grupo e na cultura; i) É um processo contínuo que se exerce desde a infância à velhice.

As estratégias educativas incluem o recurso à tradição oral, (contos, lendas, mitos, récitas, fábulas, provérbios, adivinhas), às cenas da vida quotidiana, às canções, às danças, aos ritos de iniciação, à simbologia (metáforas, amuletos, talismãs, invocações, bênçãos) e às artes, através das quais os neófitos aprendem permanentemente com os adultos e os mestres.

3. Educação tradicional e construção social do género em Angola

A crescente urbanização das sociedades africanas tem contribuído para a construção de uma nova visão da mulher associada à sua capacidade de participar socialmente e de gerar rendimentos. Contudo, no meio rural, fruto da influência cultural ancestral, não se observa uma igualdade democrática entre géneros, encarando-se a mulher como “elemento supletivo”, com um papel secundário na comunidade onde “não desfruta de um *status* social igual ao do homem” (ALTUNA, 1993:257). As mulheres africanas rurais não conseguem a emancipação social devido aos estereótipos que lhes atribuem “trabalhos que exigem delicadeza, cooperação, fecundidade e cuidado da vida” (ALTUNA, 1993:167).

A cultura tradicional africana foi sendo alterada por influências da colonização e da globalização cultural. Essas alterações repercutiram-se nos vários domínios da vida social, mas a persistência dos rituais de iniciação tem ajudado a reafirmar os valores culturais tradicionais, o que contribuiu para a preservação dos traços essenciais da identidade local, ainda que sacrificando a integração cultural e a coesão social.

Durante a colonização muitos rituais foram suprimidos por influência das políticas repressoras mas a insistência nas tradições tornou esses rituais num fenómeno cultural sólido no meio rural. Esta resistência cultural contribuiu para a preservação das tradições, entre as quais os rituais iniciáticos a que os jovens se submetem para acederem ao estatuto



de adultos. A vivência desses rituais constitui um mecanismo com o qual a comunidade molda o comportamento dos mais novos. Enquanto instâncias de propagação de valores, esses rituais integram práticas que, à luz dos princípios da dignidade humana, merecem crítica e repúdio, pois nada justifica que, numa sociedade de direito, este seja atropelado em nome da tradição.

Na sociedade rural angolana vigoram representações sociais sobre a mulher que exprimem discriminação sexual e desqualificação social, traduzidas no seguinte: a sua autonomia e importância social são limitadas; os ritos de passagem constituem uma forma de legitimar o seu papel social secundário, condicionado pelas lógicas de dominação masculinas; a diferenciação de papéis sexuais remete-a para o contexto doméstico, como dona de casa (ALTUNA, 1993:259). A mulher é garantia de reprodução da linhagem, ou seja, “um campo vaginal destinado a ser fecundado pelo homem” (ALTUNA, 1993:299). Ela será estimada pelo marido pelo número de filhos que gerar.

As representações sociais sobre a mulher rural têm-na como submissa, talhada para funções de mãe e doméstica, daqui resultando o seu estatuto e credibilidade, razão pela qual o seu lugar é em casa. O seu valor social está associado ao casamento, à fecundidade e ao vínculo à família e ao marido. Um provérbio do Ghana diz que “uma mulher é uma flor num jardim, o seu marido é a cerca em torno dela”, o que reforça a sua dependência.

No contexto rural, graças à tradição, assiste-se à subalternização da mulher e à redução do seu espaço de afirmação. A condição de mulher adulta é conquistada mediante os ritos iniciáticos que a preparam para os papéis de esposa e mãe, de gestora do lar e da vida familiar. Altuna diz-nos que “a mulher é estimada sobretudo por ser fecunda” (1993:308) e, “se não tiver filhos, não consegue a plenitude feminina” (1993:310). Portanto, a construção social do género feminino reporta-se a valores culturais que diminuem a mulher enquanto actor social, pois limitam a sua participação social ao contexto doméstico. Esta é uma manifestação de “cidadania mitigada” que não se coadunam com os princípios democráticos da igualdade de direitos e da dignidade.

Neste contexto, não se estimula a escolarização das raparigas já que o seu futuro é traçado tendo como horizonte o lar e a maternidade. Esse destino tem a marca da tradição que



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

impede as próprias mulheres de o contrariar pois isso seria indigno e prejudicial para elas e para a comunidade. Qualquer transgressão significa, na cultura *bantu*, a possibilidade de atrair desgraças para a comunidade, sendo, portanto, severamente punida. Além disso, é o cumprimento da tradição que gera os laços de solidariedade e pertença pelo que os não iniciados ou os transgressores são banidos da comunidade.

4. Desigualdade de género na escola rural angolana: uma explicação sociológica

A educação tradicional no meio rural angolano rege-se por lógicas discriminatórias que inferiorizam a mulher. A compreensão da dimensão conservadora da cultura no meio rural angolano na base da qual assenta a discriminação de género pode gerar-se convocando os conceitos de “*habitus*” (BOURDIEU, 1983), de “*hegemonia cultural*” (GRAMSCI, 1996) e de “*prisão psíquica*” (MORGAN, 1996).

O comportamento social no interior de uma comunidade é regulado pelos elementos da cultura em relação aos quais os sujeitos constroem o seu sentido de identidade. Cada comunidade desenvolve formas específicas de cultura nas quais o comportamento social ganha significado, justificando formas de fechamento em relação a outras culturas.

O relativo isolamento das comunidades rurais em Angola e a história da resistência à cultura do colonizador conduziram a que essas comunidades se fechassem sobre si e desenvolvessem mecanismos de endoculturação para a preservação da sua identidade cultural. A pressão social, a coerção, a censura e os rituais comunitários reforçam esta identidade, obrigando os indivíduos ao cumprimento dos padrões vigentes no sentido da manutenção de modos de conduta uniformes e perenes, constituindo-se, por via desta socialização, aquilo a que Bourdieu (1983) designou de “*habitus*”.

A compreensão da força da tradição cultural no meio rural em Angola decorre da consideração do papel da cultura local enquanto elemento configurador da identidade dos grupos étnicos que constituem o mosaico cultural angolano. A elucidação desse papel pode ser feita a partir da noção de “*cultura hegemónica*” de Gramsci (1996) segundo a qual os valores culturais tradicionais se impõem na convicção de que preservam a identidade e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

evitam a descaracterização cultural. Este aspecto é acentuado no contexto rural onde o sentido de comunidade é reforçado pelo de identidade cultural.

O isolamento do meio rural e o seu fechamento às influências de fora favorecem o conservadorismo e a manutenção de uma cultura inalterável que faz com que o comportamento tenha de se reger pela tradição. Assim, qualquer comportamento à margem dos cânones da cultura é socialmente censurado pelo que a socialização das crianças e jovens no meio rural se processa segundo práticas que visam prepará-las para a vida adulta. A estrutura social no meio rural está concebida para induzir nos indivíduos, através dos ritos de iniciação, atitudes e sentimentos congruentes com a tradição. Estes ritos visam “fixar os neófitos na tradição, mentalizá-los para a guardar e defender contra qualquer investida inovadora” (ALTUNA, 1993:295). Assim, a socialização comunitária gera a conformidade dos comportamentos com a tradição cultural, o que contribui para a preservação da identidade cultural. Como a socialização escolar interfere neste processo no sentido de “arejar a tradição”, a comunidade desenvolve mecanismos de resistência para evitar a “corrupção” da tradição em que assenta o “*habitus*” (BOURDIEU, 1983:65) enquanto conjunto de disposições, gostos e preferências dos indivíduos, produtos de um processo de socialização nas mesmas condições contextuais.

A comunidade rural impõe uma cultura, estabelecendo papéis e gerando hábitos e modos de pensamento e acção surgindo daí a necessidade dos ritos de passagem e dos mecanismos de controlo social, a cargo dos “mais-velhos”. Ao identificar-se com a cultura do grupo, os actores sociais desenvolvem o sentimento de pertença. É no âmbito da cultura *bantu* que muitas práticas sociais são justificadas, particularmente as representações sobre o género.

Qualquer espaço cultural torna-se um espaço de partilha simbólica da cultura cujos códigos permitem conferir significado aos eventos da vida. Deste modo, a cultura exerce uma função hegemónica sobre a vida social porque se impõe como quadro referencial e porque recusa valores ou práticas não previstas ou estranhas. De acordo com Gramsci (1996), a cultura é um meio persuasivo utilizado pelas elites (neste caso os “aristocratas” e os “mais-velhos”) para promover o consentimento.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A educação funciona como principal mecanismo de “conformação”, colocando-se ao serviço da preservação dos valores tradicionais. Portanto, a educação das crianças neste meio processa-se segundo regras e códigos estritos, esperando-se que elas respeitem as tradições e actuem como agentes da sua preservação.

A hegemonia cultural estabelece um complexo sistema de relações e mediações, visando a institucionalização da tradição. Para Gramsci (1996) a hegemonia é concebida como influência e domínio, actuando sobre o modo de pensar e sobre a conduta social, para unificar padrões e conservar unido um sistema social. A hegemonia cultural inclui uma distribuição específica de poder pressupondo coerção sobre os opositores e violência simbólica (BOURDIEU, 1989) pois há que impor uma cultura, neutralizar a oposição e bloquear qualquer mudança na comunidade. No contexto rural angolano, relativamente apartado da influência da cultura urbana, a hegemonia cultural constitui o mecanismo através do qual se impõe a tradição no confronto com a “cultura oficial” veiculada pela educação estatal. Isso conduz a que as crianças, através da socialização comunitária, adquiram e respeitem a tradição por ser essa a expectativa social. Por essa razão, a educação escolar passa despercebida ou é intencionalmente desvalorizada.

É nesta lógica que se assiste no meio rural à preservação da tradição, visando educar os membros da comunidade e, em particular, as novas gerações nos cânones culturais do grupo, nos quais se inscreve a construção social do género e respectivos papéis sociais. É no interior desta lógica que se empreende a educação tradicional cujos processos conduzem à subalternização da mulher e à aceitação dessa condição.

Por via da socialização, os actores tendem a gerar mitos racionalizadores para justificar os factos da vida e os comportamentos, passando a agir de acordo com regras estritas como se obedecessem a um guião. Para Bhabha (1998) o processo de significação, de produção dos símbolos, de construção dos mitos e metáforas por meio dos quais a cultura é vivenciada contém no seu interior uma espécie de limite auto-alienante. O comportamento social torna-se admissível se se inscrever no código cultural partilhado pelo grupo. Esta ideia é congruente com aquilo a que Morgan (1996) designou de “prisões psíquicas”.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

As “prisões psíquicas” são armadilhas que os actores criam e em que se tornam prisioneiros. Representam processos que permeiam o modo de pensar e fazer das pessoas, determinando o seu comportamento social. A metáfora da “prisão psíquica” retrata a forma como os sistemas sociais se tornam prisioneiros da sua própria lógica de raciocínio. Para Morgan, o inconsciente dos membros da organização é mediado por categorias que perpassam a ordem social e vão afectar a subjectividade humana.

Os indivíduos ficam aprisionados por formas de raciocínio interiorizadas em função dos quais pensam e realizam as suas acções. Fazem-no de tal forma que nem se apercebem da imposição do “código simbólico”, ou seja, de como a sua acção possui a “marca cultural” inerente ao grupo a que pertencem. Qualquer elemento estranho que ponha em causa esta racionalidade é considerado perigoso, o que inclui a escola oficial.

O meio rural em Angola ainda é pouco permeável a influências culturais de fora. Para se preservar gera formas de operar que condicionam o pensamento e a acção das pessoas. Para isso contribuem os ritos de passagem em função dos quais a comunidade garante a construção e reprodução das representações acerca dos papéis sexuais. Face a estas representações, as mulheres são socializadas desde a infância para as funções de esposa, mãe e doméstica. Os ritos femininos estão concebidos para que “a rapariga fique apta para o casamento e para a sua missão fundamental: ser mãe” (ALTUNA, 1993:298).

A influência da tradição cultural neste meio é tão poderosa que impede que as raparigas escapem a este destino e até reforcem as lógicas de inferiorização da sua condição social. A tradição cultural tem força de lei e os infractores ficam sujeitos a severas sanções. Além disso, nessas comunidades, acredita-se que o desrespeito pelas tradições pode desencadear a ira dos “espíritos dos antepassados” atraindo maldições pois, de acordo com Melo (2008:182),

“crê-se que os *onosande yovakulu* também se zangam diante do descumprimento e do desleixo no desempenho dos costumes tradicionais. Nesses casos, expressam o seu desagrado de diferentes formas, enviando uma onda de peste (nas plantações), provocando mortes (no seio familiar), introduzindo patologias ou induzindo situações adversas na família, (intrigas e divórcios)”.

5. Desafios das políticas sociais e da política educativa angolana



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A situação de inferioridade que a mulher rural angolana vive, decorrente dos processos de socialização no interior da tradição cultural, pode ser contrariada mediante a adopção de políticas sociais, educativas e culturais tendentes à sua valorização como cidadã. Isto coloca desafios que devem ser encarados numa perspectiva de promoção da igualdade de género mas, acima de tudo, de dignificação da mulher angolana e de resgate da sua cidadania. Entre essas políticas podem-se destacar:

a) Políticas sociais de combate à pobreza e promoção da igualdade de género

Tais políticas devem privilegiar o combate à pobreza através de mecanismos de apoio social que incluam: a atribuição de subsídios às famílias carenciadas e/ou de uma cesta básica; a atribuição de bolsas de estudo aos alunos; a atribuição de incentivos fiscais para a criação de negócios e auto-emprego; a institucionalização da merenda escolar para todas as crianças; a concessão de empréstimos a jovens empreendedores; a revalorização da autoridade tradicional local que deve ser encarada como parceira na governação local. Estas políticas ajudariam a valorizar a escolarização como condição de acesso ao mercado de trabalho e a uma vida social mais condigna.

Por outro lado, devem atender à promoção da mulher para garantir: o acesso aos serviços básicos de saúde que incluam a saúde reprodutiva e o planeamento familiar; a educação para a cidadania, educação para a saúde e educação para a igualdade, na escola e no espaço comunitário; o apoio à organização social das mulheres (associações e movimentos cívicos), tendo em conta o objectivo do seu empoderamento e emancipação.

b) Políticas educativas para uma educação para todos

Estas políticas educativas devem incluir: a promoção do ensino bilingue (em particular no meio rural) e de uma educação intermulticultural; a contextualização do currículo nacional com inclusão de conteúdos sobre realidades locais; a realização da educação para os direitos humanos e para a igualdade; a realização de acções de educação comunitária através de agentes de desenvolvimento local (educadores sociais, animadores sociocomunitários); a formação de professores e mediadores na perspectiva



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

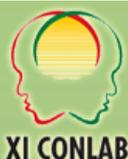
intermulticultural, habilitando-os a agir como decodificadores culturais; a educação dos líderes comunitários e dos “mais-velhos” nos valores da igualdade de género.

c) Políticas culturais para a preservação da identidade e da diversidade

Dado o papel relevante das questões culturais, há que promover políticas que valorizem a cultura local no âmbito do currículo e dos processos educativos visando integrar perspectivas culturais numa lógica de articulação entre o local, o nacional e o global, devendo contemplar: a promoção da investigação e divulgação das tradições culturais como forma de partilha e diálogo intermulticultural; a promoção nacional das manifestações culturais regionais e locais através de espectáculos e dos órgãos de comunicação social. Estas políticas possibilitariam a manutenção do diálogo entre as diferentes culturas visando a promoção da identidade nacional.

Considerações finais

A conjugação de factores socioeconómicos desfavoráveis e a predominância dos valores tradicionais da educação comunitária interferem na educação das raparigas no meio rural, forçando-as, na sequência do cumprimento dos ritos de iniciação, a abandonar precocemente a escola para se prepararem para o casamento e a maternidade. Assim sendo, a mulher rural, cuja função social se restringe ao contexto doméstico, tem reduzidas oportunidades de participação e intervenção social. Ao reservar-se-lhe apenas o espaço doméstico, invisível e penoso, onde é “rainha”, está-se a cercear a sua condição de cidadã. A prevalência dos valores tradicionais no meio rural contribui para diminuir o estatuto social da mulher cuja dignidade depende da sua condição de “casada” e da sua relação ao esposo e ao lar. A força da tradição no meio rural, a que as mulheres estão aprisionadas, reforçada pelas crenças místico-religiosas sobre as consequências nefastas do seu incumprimento faz com que a identidade de género se construa por referência a uma situação de submissão às lógicas de dominação masculina o que dificulta a sua emancipação social. Esta situação vai perdurando porque a educação oficial é pouco eficaz e porque os efeitos das políticas de promoção da mulher, a cargo do Ministério da Família e Promoção da Mulher, não se fazem sentir nos meios rurais.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A submissão da mulher rural deve ser entendida como mecanismo inerente à hegemonia cultural à qual a comunidade se verga. Por isso, a mulher no meio rural goza de uma “cidadania mitigada”, sendo-lhe limitadas as oportunidades de participação na esfera pública comunitária. A emancipação da mulher rumo à cidadania implica a erradicação do “sexismo” cultural, o desenvolvimento de uma consciência cívica a respeito dos valores democráticos e humanistas e, ao mesmo tempo, um combate às práticas culturais não congruentes com a dignidade humana.

Em contexto rural, as desigualdades sociais acentuam-se em função do género, por acção de factores culturais enraizados e reforçados por um défice de intervenção educativa no meio rural. A manutenção dos ritos de passagem, embora constitua um factor de preservação cultural representa também um factor de agravamento da desigualdade das mulheres, conduzindo à sua subalternidade. A socialização em contexto de “prisão psíquica” conduz a que as próprias mulheres reforcem os discursos e as práticas que defendem a sua submissão.

Perante este quadro, o Estado angolano tem a obrigação moral de, em nome da igualdade de direitos, desenvolver acções de promoção social da mulher rural para que ela não viva carregando o peso da inferioridade. Pela dignificação da mulher, justifica-se uma estratégia educativa que articule os agentes educativos e concilie os valores e processos educativos inerentes à educação oficial e à educação tradicional. Por isso, resgatar a educação tradicional em Angola, despindo-a dos seus elementos retrógrados, torna-se um imperativo ético e cívico em nome da construção de uma cidadania da qual ninguém seja excluído.

Referências bibliográficas

- ALTUNA, Raul de Asúa. **Cultura Tradicional Banto**. Luanda: Secretariado Arquidiocesano de Pastoral. 1993.
- BA, Amadou Hampâté. **Aspects de la Civilisation Africaine**. Paris: Présence Africaine. 1972.
- BHABHA, Hommi K. **O Lugar da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática. 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel. 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Oeiras: Celta. 1999.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

- GOVERNO DE ANGOLA e PNUD. **Angola: Objectivos do Desenvolvimento do Milénio 2005**. Luanda. 2005.
- GRAMSCI, António. **Cahiers de Prison**. Paris: Gallimard. 1996.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População**. Luanda. 2009.
- MASANDI, Pierre Kita. **Education Traditionnelle**. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2004.
- MELO, Rosa M. **Alimentação, Doenças e Terapias entre os Handa (Angola)**. *in* www.codesria.org/IMG/pdf/melo_conceicao.pdf (acedido em 23 de Agosto de 2010). (s/d).
- MELO, Rosa M. A Morte, os Defuntos e os Rituais de “Limpeza” no Pós-Guerra Angolano: quais os caminhos para pôr termo ao luto?. **Afro-Ásia**, Nº 37, pp. 175-200. Salvador da Bahia: Universidade Federal da Bahia. *in*: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=77013085007>. (acedido em 23 de Agosto de 2010). 2008.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Evolução da Educação e Ensino em Angola (2002-2008)**. Luanda. 2008.
- MINISTÉRIO DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER. **Plano de Acção para o Biénio 2005-2006**. Luanda. 2005.
- MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas. 1996.
- PNUD. **Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento. Relatório do Desenvolvimento Humano**. New York e Lisboa: Almedina. 2009.
- UNICEF. Angola: Mortalidade Materna Elevada. *in* **A Situação Mundial da Infância**. http://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2009/01/090115_unicefmaternaldeathsm.html (acedido em 21 de Agosto de 2010). 2009.
- ZAU, Filipe. **Angola. Trilhos para o Desenvolvimento**. Lisboa: Universidade Aberta. 2002.